

ENTRE IMPRESSOS E IMAGENS: FRAGMENTOS DO COTIDIANO DA REPRESSÃO POLICIAL EM PERNAMBUCO

Maria Lana Monteiro de Lacerda¹

Resumo:

O presente artigo tem como propósito analisar, entre impresso e imagens, alguns fragmentos do cotidiano da repressão da policial de caráter político em Pernambuco. Para tanto, observamos, a partir dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, que para além das estratégias pertinentes à repartição de segurança pública, de investigação, censura e repressão, a propagação desta última tecia uma vasta rede junto aos segmentos sociais, através da imprensa e do uso de registros visuais. Tomando como grupo alvo a comunidade alemã, ao longo do Estado Novo, pretendemos colaborar não só com a ampliação do conhecimento acerca dos acervos documentais, mas como estas práticas do aparato de órgãos de informação e de segurança podem ajudar na compreensão das práticas das ditaduras que cresceram sistematicamente no Brasil ao longo do século XX.

Em 1938, após alguns meses da implantação da reorganização da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco - SSP-PE, o discurso da interventoria Agamenon Magalhães procurava legitimar de várias formas às marcas do progresso das diretrizes do Estado Novo em Pernambuco. Apresentando todos os quadros predecessores como ineficazes, uma de suas estratégias foi a de recorrer não só da divulgação da nova dimensão do aparato policial, mas das providências que esta alastrava na vida econômica e moral dos pernambucanos.

Nessa perspectiva, o argumento do saneamento dos vencimentos injustos do regime liberal-democrático, comparando-se a outras repartições que não tinham tantas responsabilidades e perigos, e mesmo entre funcionários de categorias idênticas na área da segurança pública, percorre vários discursos. Paralelamente, observa-se que o discurso da justiça e da equidade, para inexistência de divergências internas,

¹ Professora Assistente da Graduação em Licenciatura em História da UPE/Campus Garanhuns e integrante do Núcleo de Diversidade e Identidades Sociais – NDIS/UPE e do Comitê Justiça, Memória e Verdade de Pernambuco. E-mail: lane.monteiro@upe.br.

combinava-se então com o estímulo moral e financeiro que a reforma do novo regime dizia trazer².

O papel repressivo e especializado da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - DOPS-PE, nesse contexto foi elemento também explorado na divulgação da reforma. Salientar o combate e a eliminação dos inimigos do regime, como os liberais e os comunistas, era nessa ótica uma forma de enaltecer a própria força e autoridade do Estado Novo e legitimar o uso de ações de força como se lê abaixo:

*“A seção de repressão aos elementos anárquicos que vivem da exploração liberal e da exploração comunista (liberalismo e comunismo confundem-se) é hoje uma das mais completas da polícia do Estado. O Sr. Etelvino Lins e os seus mais graduados auxiliares podem devanear-se de prestar, com a organização e atividade deste departamento da Secretaria de Segurança, um dos mais assinalados serviços a causa pública. De Pernambuco e do todo o Brasil. Sejamos sinceros em confessar que a falta de repressão foi umas das causas preponderantes do assalto extremista de 1935. E a agitação político liberal que algumas vezes reportou por aí a fora depois da Revolução de 1930, não teve origem diversa...Repressão e punição são elementos básicos da segurança pública. Quando o Estado não capacidade e força para reprimir e punir, é que ele anda a dois passos da derrota dos aventureiros revolucionários e de uma nova ordem das coisas. Todas as desgraças sociais e todas as subversões políticas nascem do enfraquecimento e da desmoralização da autoridade.”*³

Considerando então a repressão e a punição como os traços basilares da segurança pública, foi comum observar na defesa desta mesma retórica o uso de valores numéricos. Lançados à população em resultados estatísticos, tais números procuravam surpreender pela evidência cabal de altos índices de eficácia e rapidez da nova administração policial especializada em seções de repressão afirmando:

“Que o secretário de Segurança vem cumprindo severamente sua promessa, aí estão, para prová-lo, as últimas estatísticas da Delegacia de Ordem Social, ainda não de todo divulgadas e das quais passamos a fazer um resumo para os nossos leitores. Aquela Delegacia efetuou as seguintes diligências até setembro de 1939:

- Buscas realizadas 522
 - Indivíduos presos, cujas atividades extremistas ficaram comprovadas74
 - Indivíduos processados.....61

² BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 06.08.1938M, “A Reforma da Secretaria de Segurança”, pp.3.

³ BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 12.11.1939M, “Repressão e Punição”, pp.3.

- <i>Captura de condenados pelo T.S.N.</i>	19
- <i>Cumpriram pena</i>	10
- <i>Células comunistas descobertas</i>	9
- <i>Prontuários abertos</i>	440

Os números falam bem claro. E a comunidade pernambucana pode dormir tranqüila.”⁴

Ao se deter nos dados apresentados o leitor, contudo, poderia perceber algumas discrepâncias. A primeira delas entre as centenas de buscas e as dezenas ou unidades de capturados/condenados. Em seguida que a punição e a repressão em si, de acordo com os números, perdiam espaço para atividades estratégicas como a vigilância e a suspeição em decorrência do alto índice de prontuários. Somando-se a isso existe o fato de que por se tratar de uma informação “não de todo divulgada”, ocorre a declaração aberta da existência de lacunas. Comparando assim dados idênticos que foram publicados em um relatório do Governo Agamenon Magalhães sobre a Secretaria de Segurança Pública⁵ no mesmo período, percebe-se que elementos questionáveis foram subtraídos, tal como o dado de 508 diligências efetuadas que somadas às buscas realizadas dariam um saldo de 1030.

O controle policial, neste quadro, passa a buscar ampliação da sincronia entre o aparelho de Estado e os canais sociais em várias práticas. Medidas prévias de fiscalização, de censura e de vigilância podiam caminhar concomitantes às ações diretas de repressão, detenção, suspensão, busca e apreensão, capturas e combates. Tal situação alimentava o fato de que os subterfúgios do trabalho da polícia política sustentavam-se muitas vezes na simples desconfiança ou suspeita, independente de imprecisões estatísticas, jurídicas, etc. que estas podiam se basear. Perseguir e vigiar para estrategicamente mapear e incriminar o suspeito daria a mostra dos sentidos que a repressão política havia assumido. Segundo Xavier:

“A denúncia do comportamento que se condenava o crime “político” consistia em relatórios policiais que, em geral, afirmavam o acusado como “perigoso” para a sociedade. O modus operandi do aparelho policial e a manutenção da ordem pública cumpriam-se num ambiente do

⁴ *Idem.*

⁵ BR/APEJE/SDI, “O Governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública – 1939 / Exposição Nacional de Pernambuco 1940”. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

desconhecimento e despreparo. Os conceitos de “ordem e segurança pública” se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade de embate político” (XAVIER, 1993, pp. 32)

Estabelecendo a partir daí uma relação entre o aparato, a lei e o discurso policial, percebe-se nitidamente que para programar as estratégias de repressão era necessário fazer o controle social a partir do controle de informações. Estas podiam ser produzidas ou apreendidas pelos próprios policiais ou pelas autoridades e simpatizantes do regime.

Como destaca Marcília Gama, o sistema administrativo integrado da SSP-PE era executado “por meio de um sistema completo de protocolos, registros e arquivos” onde a finalidade de tal universo se constituía, no entendimento da própria organização policial, em categorias de *Investigação* (passo inicial de averiguação, pesquisa e diagnóstico das atividades suspeitas de pessoas físicas e jurídicas), *Censura* (procedimento de controle político-cultural, paralelo ao simultâneo à investigação, adotado quando constatada atividade suspeita) e *Repressão* (procedimento efetivado quando da comprovação da existência de práticas subversivas) (SILVA, 1997, pp.78-79).

No entanto, quebrando na prática a lógica hierarquizada que estas “atividades-fins” pareciam ter, Priscila Perazzo lembra que “o mais importante não era chegar a concluir se o suspeito seria mesmo culpado ou não. O mais importante era deter o suspeito, impedir que viesse a ‘cometer o crime’”(PERAZZO, 1999, pp. 148-149). Desta forma o conhecimento policial deveria classificar e fazer saber objetivamente e de forma contínua quem seriam os sujeitos ao potencial para o crime, a delinqüência ou subversão: “a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro” (FOUCAULT, 1987, pp. 19).

Valendo-se assim do regime de exceção inaugurado em 1937, e posteriormente na década de quarenta do estado guerra, as ações da polícia política fizeram com que as informações da vigilância da sociedade se sobressaísse como “forma econômica” (FOUCAULT, 1987, pp. 147). Quer dizer, através das práticas preventivas ou de simples averiguações indivíduos suspeitos eram mapeados podendo ser recolhidos a

qualquer momento, já que a polícia não precisava procurá-los, mas simplesmente reconhecê-los dentro dos critérios de perigo à ordem política e social⁶.

O acúmulo de dados pelo simples fato de ter sido gerenciado pelas autoridades policiais procurava assim marcar as ações de progresso das instituições estatais e disciplinar a sociedade. Esta podia ser surpreendida com um corpo de informações que variavam de uma simples denúncia ou leve suspeita a uma participação efetiva em uma rede subversiva política ou que atentasse “contra a moral e os bons costumes”, mas que levavam os indivíduos não só a possibilidade de serem punidos, mas antecipava os acusados a seu crime, pois na prática tudo poderia ser utilizado como prova incriminatória. Fossem nos documentos característicos da investigação (como sindicâncias, parte de serviço, recortes de jornais, fotografias, informações de rádio, telex, telegrama e radiograma, salvo conduto, etc.) ou da censura (panfletos, cartas, discursos, charges, manifestos, propaganda clandestina, livros, letras de músicas, etc.), as ações da repressão se deslocavam continuamente para se fazer valer como potência estratégica da polícia. De tal forma, os fichários de identificação criminal, mesmo que não remetessem a abertura de um prontuário individual ou funcional⁷, estabeleciam um dos mecanismos mais relevantes para o encaminhamento de mecanismos repressivos.

No caso específico do mapeamento de estrangeiros em Pernambuco, além das suspeições em torno de elementos e associações que pudessem ser contrários ao regime, foi bastante comum, para a abertura de prontuários, o motivo de verificações para efeito de naturalização, retirada de passaporte, solicitação de salvo conduto, atestado de bons procedimentos, regulamentação de trabalho, atestado de moradia, de estada como turista, representante comercial, técnico, artista, cientista, etc..

Elaboradas pela DOPS-PE, tais informações contavam nesse sentido com a cooperação do Gabinete de Identificação, responsável pelo Serviço de Estrangeiros no

⁶ Como bem lembra Perazzo “em muitos casos, o indivíduo sobre o qual pairava a suspeita, era mantido preso, ficando à disposição da delegacia até que se concluísse o inquérito. Se nada ficasse comprovado, ele poderia ser posto em liberdade após dois, seis ou até doze meses...”. PERAZZO, P. F. *Idem*.

⁷ Os prontuários individuais e funcionais remetem, respectivamente, à pessoas físicas ou jurídicas. Desta maneira ambos acumulam informações geradas em torno de indivíduos ou entidades, sendo que no funcional a vida das pessoas na coletividade, suas participações e atividades genéricas desenvolvidas, por exemplo, junto a igrejas, instituições filantrópicas, escolas, fábricas, partidos políticos, agremiações carnavalescas, bordéis, companhias teatrais, clubes, livrarias, cinemas, etc. se sobressaem às informações de caráter pessoal e privado, que caracterizam mais os prontuários individuais. SILVA, M. G. Op. cit. 1997, pp. 80-81.

Estado de Pernambuco, providenciado diante das determinações legais que se deram com a campanha de nacionalização dos estrangeiros no Brasil⁸. Somente na DOPS-PE, por exemplo, já haviam sido fichados 772 indivíduos da origem alemã⁹. Simples informações como nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, profissão, endereço residencial e profissional, estado civil, nome do cônjuge e de filhos, a data que esteve no Brasil pela primeira vez, o porto de desembarque e o nome do navio em que viajara, dados sobre a emissão do passaporte e de viagens ao exterior ou interior do País, passaram a formular os indícios diretos de que na condição de estrangeiros existia um potencial “perigo alemão” a ser investigado e combatido em todos os seus ângulos.

Sendo assim além de enaltecer as atitudes do País diante no esforço da guerra que atingia em cheio os cidadãos dos países do Eixo, os chamados “súditos do eixo”, as autoridades teriam que se desdobrar para evidenciar que isso já vinha ocorrendo mesmo antes do estado de beligerância. O estabelecimento da ampliação da propagação das ações da polícia política em Pernambuco e em todo o país foi exemplar nesse sentido.

A partir desta constatação observa-se também que se abriu um terreno fértil para não só expor que “a repressão às atividades nazistas em Pernambuco tiveram início em 1938”¹⁰, mas que seu teor tinha credibilidade junto a população. O efeito de prova de

⁸ Foram cerca de duas dezenas de decretos leis referente a campanha de nacionalização de estrangeiros entre os anos de 1938 e 1941, que para os inimigos do Eixo após 1942 se ampliaram. Ver LACERDA, Maria Lana Monteiro de. **“Súditos do mal”: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2006, pp. 137-138.

⁹ Segundo Marcília Gama (1997) em termos quantitativos, pode-se dizer que hoje o acervo da *extinta DOPS-PE* contém, além de fichários remissivos e onomásticos, e fichas de artistas (com 390 unidades) e de investigadores da SSP/DOPS-PE (contendo 1.828 documentos só de fotografias), aproximadamente 134 metros lineares de documentos, sendo 23.500 prontuários individuais e 27.500 prontuários funcionais. Deste montante praticamente todos os documentos podem ser pesquisados sem restrição, com exceção dos prontuários individuais e qualquer outro documento de caráter sigiloso, tendo em vista as exigências do Decreto-Lei 2134, 24/01/1997, que regulamenta os prazos de consulta, acesso e reprodução (100 anos após a data de produção!) previstos na Lei Federal 8159, 08.01.1991, vigentes na época em que foram realizadas nossas as pesquisas aqui narradas. Desta forma o valor aqui mencionado contempla o resultado de uma ampla pesquisa a todos os fichários e a simples conferência das informações cadastrais do prontuário individual a que se referia, pois apenas agora com o edital de reconhecimento do valor histórico desse fundo documental baseado na Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/11) e recente edital (nº 01/01.02.2013) da Secretaria de Educação de Pernambuco- SEDUC-PE, a quem atualmente o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, está subordinado.

¹⁰ BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29.653, Cópia feita pela DOPS-PE da matéria “Esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco”, do periódico carioca *Diretrizes*, datada de 03.04.1943.

competência através de reações fortes e ao mesmo tempo comedidas era apontado como sucesso desta questão:

“A polícia pernambucana merece, e já o conquistou, o respeito de toda população. A sua ação é sóbria, comedida. É incansável, porém, na sua ação de vigilância e manutenção da ordem. As atividades dos estrangeiros aqui são convenientemente vigiadas. Não há opressão, mas há fiscalização”¹¹.

Outro fato interessante que caracterizava a divulgação do trabalho policial reside na demonstração mais ampla de acontecimentos ocorridos fora dos limites estaduais. Quer dizer, esta estratégia levava em conta que para a continuidade do bom desempenho das ações sigilosas das investigações policiais tornava-se pouco prudente a publicidade imediata das realizações locais. E de qualquer maneira o regime ainda ostentava firme a bandeira da ordem e não podia alardear a todo o momento o combate às instabilidades internas. Como observou Souza Neto, as manchetes “invariavelmente bombásticas” deviam ajudar o cidadão a se impressionar com o Estado Novo, “sem contradições nem conflito, numa grande e continuada festa” (SOUZA NETO, 2000, pp. 116). Mas no clima da guerra as notícias internacionais que antes faziam uma “cortina de fumaça”, ajudando na retórica da harmonia interna em detrimento das turbulências externas, invadiram, por exemplo, o dia-a-dia dos brasileiros com os racionamentos e os *black-outs* e desconfortos dos exercícios de Defesa Passiva Anti-Aeréa. Era preferível assim jogar com as atividades de repressão ao perigo interno através da divulgação em outros locais, como na capital federal ou no norte do país, e deixar que as ressonâncias do trabalho policial se fimassem como contribuição a toda nação.

A idéia de operações integradas, que fortalecia a perspectiva de centralização do governo Vargas também usufruía desta estratégia. E nesse sentido o combate às redes de espionagem dava uma tônica da situação.

Um dia após a desarticulação de uma perigosa rede de espionagem a serviço do Eixo, em diligências da polícia carioca em conexão com a paulista¹², publica-se na Folha da Manhã uma longa entrevista do secretário de segurança pública do estado, Etelvino Lins, para demonstrar a colaboração que a polícia pernambucana também teve

¹¹ BR/APEJE/SSP/DOPS-PE, Prontuário Funcional nº 29.238, Recorte feito pela DOPS-PE da matéria “O nazismo em Pernambuco”, do periódico paraense Vanguarda, datado de 24.03.1942.

¹² BR/APEJE/Hemeroteca/Folha da Manhã, 28.03.1942M, “Desarticulação de uma perigosa rede de espionagem a serviço do Eixo” pp. 1

no caso. Tratava-se do desbaratamento de duas grandes redes de espionagem: a de Freidrich Kempter, instalada no Rio de Janeiro, e a de Niels Christian Christensen entre o Rio e São Paulo (HILTON, 1977). Com ramificações em vários pontos do país estes grupos que agiram também no Nordeste, especialmente em Recife, tinham em vista obter informações que auxiliassem o governo alemão a orientar-se quanto a situação de pontos estratégicos no Atlântico Sul para as rotas marítimas dos Aliados em direção ao continente africano. A polícia pernambucana nesse contexto disponibiliza as informações contidas em seus arquivos acerca da passagem dos principais agentes das mencionadas redes e focaliza a ação de seus integrantes locais que se utilizavam de rádios transmissores na firma Herman Stoltz, bem como, de códigos para repassar informações sobre os portos brasileiros¹³.

Pela análise dos documentos relacionados no prontuário 29.653, referente às atividades desenvolvidas entre 1939 e 1942 por alemães em Pernambuco, a polícia ofereceu uma vasta gama de elementos que obtiveram repercussões ainda maiores fora do estado, conforme relatos em *Diretrizes*¹⁴ e *Vanguarda*. Tal fato demonstrava a mão dupla das ações policiais que não só reprimia, mas à medida que alimentava os acervos da DOPS-PE, com informações coletadas pela secção de recortes que eram provenientes da imprensa, constituía as provas que legitimariam a repressão também por serem difundidas na sociedade.

Em outro rol, dentre o conjunto de elementos que eram utilizados pela polícia política como comprovação irrefutável para diminuir as contradições do Estado Novo cabe destacar também o uso de imagens fotográficas. O poder de autenticação e representação fiel do registro, através do teor de realismo que geralmente era enfatizado como qualidade imanente deste tipo de imagem, procurava fortalecer a retórica da eficácia e legitimidade governamental diante do público. Tanto a difusão do mito e do carisma do líder do regime ditatorial, quanto a face enérgica do enquadramento dos

¹³ Nesse caso através de cartas que continham palavras-chaves sublinhadas uma relação de objetos previamente combinados transmitia ao governo alemão a situação dos portos brasileiros, onde a palavra parafusos equivalia a destroyers, cantoneiras a cruzadores e engates a navios petroleiros EUA.

¹⁴ Segundo Susan Lewis, a revista *Diretrizes* foi lançada no Rio de Janeiro em maio de 1938 pelo jornalista Samuel Wainer com propósitos de combater abertamente o nazi-fascismo. LEWIS, S. **Indesejáveis e Perigosos na Arena política: Pernambuco, o Anti-Semitismo e a Questão Alemã em Pernambuco**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2005, nota 77, pp. 167-168.

criminosos, através de fotografias, passaram então a fazer parte do trabalho diário que estabelecia as diferentes modalidades de repressão policial.

No caso da difusão de imagens que enaltecessem o regime, como lembra a historiadora Maria Helena Capelato, “a bandeira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo” (CAPELATO, 1998, pp.48). Tomando, contudo a figura ímpar da *imagem visual* do próprio presidente, em sua foto oficial, longe da afixação desta entre os prontuários da DOPS, observou-se que ela saía das repartições policiais em todo país para ser divulgada como objeto de propaganda política. Reproduzida em fatura, esse material teve como alvo, sobretudo, a transmissão através da imprensa. Nesse sentido, a partir da capital federal a polícia havia começado, logo em 1937, a manter uma distribuição diária de artigos e comunicados diversos para aproximadamente 1.300 jornais em todo território nacional (CANCELLI, 1994, pp.56).

Reforçando ainda mais essa sistemática de propaganda política, a polícia sobre o comando de Felinto Müller se vangloriava dos serviços prestados na distribuição de 90.000 retratos de Vargas e cerca de 45 tipos de folhetos e livros (com edições que variavam de dez a 75.000 exemplares), somente entre os anos de 1937 e 1939. Neste período encontrava-se em funcionamento na polícia o Serviço de Divulgação que tinha exatamente a função de elaborar e distribuir informações que consolidassem o Estado Novo e combatessem as “ideologias subversivas”. Em Pernambuco este serviço encontrava um similar nas ações da Diretoria de Expediente e Contabilidade juntamente com a DOPS. Depois de 15 de Abril de 1939 o referido Serviço foi extinto e o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, ligado a Gabinete Técnico, passou a coordenar suas antigas atribuições. Tal órgão de estatuto federal passou, contudo, depois de 27 de Dezembro de 1939, a ser incorporado ao recém criado Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP e desta forma, no tocante a ação de divulgação, certamente houve a superação não só do número de retratos, mas de bustos, meios-bustos, monumentos, selos e moedas que ostentavam a figura de Vargas, bem como, de seu nome que passara a ser gravado em placas de avenidas e logradouros públicos.

Diante de tal situação percebe-se que a imagem e sua linguagem visual abriam margem a uma infinidade suas significações pelo uso da escrita e seus elos de

complementaridade. Segundo Foucault a relação entre a linguagem visual e a da palavra escrita pode ser tida como irreduzível. No entanto, lembra ainda que na ordem da *produção do saber* é comum que a segunda procure definir a face do visível num esforço infinito de recuperação do tempo/espço capturados no quadrante petrificado. “Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele em que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem” (FOUCAULT, 2002, pp.12)¹⁵. Em outros termos há aqui a denúncia do aprisionamento ao qual está sujeita a representação visual na relação com os intermináveis jogos da palavra. Realidade e passado se tornariam uma conjuntura sempre por ser feita e elaborada nos processos criativos da língua.

De acordo com Roland Barthes, em sua obra *O Óbvio e o Obtuso*, esta relação entre o visível e a língua encontra-se presente quando, diante das expressões fotográficas, os grupos humanos se deparam tanto com mensagens denotativas quanto conotativas. No caso da primeira, considera-se que há na imagem retratada uma expressão análoga ao real *que esteve lá* e deixou sinais disso e, desta forma, a descrição da fotografia se tornaria literalmente inviável. Alega o autor que isso ocorre, pois, se configuraria no ato de descrever a foto o acréscimo de um segundo código que não se encontra inscrito em seu registro documental de instante capturado e revelado nos processos óticos: a língua, escrita ou falada. “Descrever não é pois, somente ser exato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa, diferente do que se mostrou”(BARTHES, 1982, pp.15-16)¹⁶ Considera então que a partir desta relação descritiva com o análogo, proposta pela produção da língua, ocorre uma ação de intervenção pessoal, subjetiva ou criativa no tratamento dado as fotografias, que configurariam expressões condizentes então com a mensagem conotativa. Em outras palavras, a mensagem fotográfica se daria via apresentação rigorosamente paradoxal, onde uma mensagem sem código (designada por sinais da mensagem denotativa) seria

¹⁵ FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª edição, 3ª tiragem, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002, pp. 12.

¹⁶ BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1982, pp.15-16.

remetida a existência a partir da identidade de um outro código construído no modelo da lingüística (designado pela palavra da mensagem conotativa).

Nesta perspectiva o discurso imagético elaborado da figura de Vargas que foi distribuída pela polícia intenta, pois, na interpretação por ora apresentada, exprimir não só aspectos denotativos, análogos ao traço do real, vistos no semblante presidencial. Conotando que este é possuidor de estruturas especiais, a começar pelo(s) olhar(es) que emana, a visão descrita pelo observador constrói a fotografia como excedente do visível da imagem.

De qualquer forma a fotografia pode assim ser considerada como congelada no plano espaço/tempo, diferentemente dos que a observam. O retratado é mudo e apenas parece olhar. Já o observador pode olhar e ver sob diferentes ângulos. A foto prende, detém o corpo, revela um corte, um golpe, pára o tempo, determina em sua escala o espaço de uma ação vivida. O apreciador ao contrário: é móvel, coloca-se diante da imagem na forma que melhor lhe convier. Neste sentido a *prisão do retratado* contrasta com a *liberdade do observador*. Quer dizer, o retrato do presidente, do sujeito que vivia, pode desta forma representar um instante morto, por que passou. No entanto, ao diluir implacavelmente o tempo que testemunhou a foto, por outro lado, também tem a possibilidade de eternizar o retratado. Como sinalizou Sontag uma foto seria “tanto uma pseudopresença quanto uma prova da ausência” (SONTAG, 2004, pp.26). Neste contexto o *retrato/efígie* do presidente parece remeter a criação de um *retrato/esfinge* onde os eternos enigmas da foto são mudos. Mas nem por isso estes deixam de emitir variados sinais na busca de um diálogo constante.

Segundo Dubois, em suas reflexões sobre o princípio geral da imagem-ato, “nesse sentido a fotografia é uma partida sempre em andamento” (DUBOIS, 1993, pp.162). O lugar da verdade e do sentido não se colocam em absoluto. A pertinência ou a eventual eficácia que a fotografia e suas estratégias visuais produzem estão susceptíveis de acordo com as jogadas de códigos, de oportunidades e da performance realizada. Seu sucesso ou fracasso depende dos parceiros que atuam na busca de consolidação dos “efeitos de verdade” e de sentido desejados. E estes parceiros, por sua vez, situam-se em lugares específicos da História.

Desta forma é enfático também que em prol da ditadura do Estado Novo o papel da polícia na doutrinação do olhar encontrou na repetição do retrato do líder uma das formas de domesticar a imagem *libertando o retratado e aprisionando o observador*. Através do caminho da generalização, afirmou Barthes, poder-se-ia chegar ao ponto de não existir mais nenhuma outra imagem em relação a ela que possa marcar sua especificidade (BARTHES, 1984, pp.173). Quer dizer havia no artifício da repetição uma face que negava a recepção de informações e opiniões plurais. A busca de onipresença da figura presidencial passava a concorrer invariavelmente com a possibilidade de esvaziar os múltiplos sentidos de realidade existentes, principalmente daquelas vozes que se situavam fora da ordem oficial vigente. A filtragem conferida pela propagação imagética do presidente e seus aliados dificultava, e mesmo inviabilizava o acesso de tipos de experiências que não se associassem ao regime varguista.

Ainda segundo Sontag, as fotos têm o poder de paralisar e anestesiar e se podem ser conferidas como um índice do real, dando visibilidade e conhecimento parciais a um determinado evento, também podem banalizá-lo após sua excessiva exposição e, o que lhe parece mais trágico, fazer parecer familiar, distante ou inevitável o conteúdo nada ético ao qual a imagem possa estar associada¹⁷. Desnorteando os sentidos, a repetição da foto faria então, com frequência, com que as lembranças mais comumente difundidas do retratado ocupassem um lugar privilegiado na História roubando o espaço dos flagrantes das disputas e lutas das experiências vividas no cotidiano da política nacional¹⁸.

Além disso, era como se compor a tomada de assuntos diversos através da difusão de uma mesma imagem conspirasse, em parte, para tornar o retratado e os

¹⁷ SONTAG, S. Op. cit. pp. 31.

¹⁸ No caso específico do retrato de Getúlio Vargas é oportuno ilustrar que obliteração das imagens conflituosas presentes no Estado Novo fez viver naquele presente a lembrança futura da pose ideal e ordeira que deveria ser legada a posteridade. E quando esta veio, as lembranças e referências que mais marcaram a memória popular ainda utilizavam com força a mesma seleção imagética atualizando-lhe convenientemente os dados que deveriam se dar sobre o corpo retratado. A eficácia em colocar de lado outras experiências que não se coadunavam com a lembrança permanente e positiva do corpo presidencial, reconstruíram na imagem do passado a exemplo da famosa marchinha do “retrato do velho”. Composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto esta música embalou a campanha eleitoral de Getúlio em 1951. Referindo-se ao retrato oficial do presidente da República, que deveria ser posto novamente em todas as repartições públicas, a música tinha as seguintes estrofes: “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar. O sorriso do velhinho, faz a gente trabalhar. Eu já botei o meu. E tu, não vai botar? Já enfeitei o meu. E tu vais enfeitar? O sorriso do velhinho, faz a gente trabalhar”.

eventos aos quais se ligava amplamente (re)conhecidos. Por sua vez, ao serem apresentadas ao público como recorrentes tais fotos construía, também, a face de que apresentariam informações novas, cada vez mais detalhadas, por que exploravam a diversidade de momentos em que a figura ímpar do presidente se situava, sobretudo depois da deflagração da guerra. A lembrança de que o presidente estava sempre presente em toda parte se desdobrava e reafirmava à medida que sua imagem freqüentou, “*panópticamente*” os espaços de repartições públicas, escolas, lojas comerciais, residências.

Mas se por um lado a divulgação das imagens do grande líder do regime nacional fizeram parte do cotidiano das práticas policiais o poder desta presença disciplinar ocorreu, contudo, em maiores proporções quando se observa as aparições fotográficas da imagem dos indesejáveis do regime. A ideia de poder ser registrado, completamente visto, flagrado, classificado e vigiado pela polícia assumia o lugar de destaque neste caso.

Seguindo geralmente a herança do retrato de frente e perfil proposto por Bertillon¹⁹ a fotografia do criminoso mesmo antes da divulgação promovia a partir da ficha policial, segundo Dubois, uma grande síntese dos “elementos de base” do corpo criminal. Tal situação atuava exatamente no sentido de generalizar e ampliar as referências, onde a enumeração de elementos da imagem visava explicitamente à classificação, comparação ou reagrupamento de traços que seriam “reproduzidos em muitos exemplares, distribuídos pelas delegacias..., em suma, que [iriam] amplificar e estender o enquadrinhamento do corpo numa verdadeira rede sócio coercitiva, uma rede administrativa-policial jogada no mundo e nos seres e que sempre [teria] alguma caça”²⁰.

Somando-se ao que já foi refletido até agora, a rotina da polícia política focalizava então o criminoso e divulgava suas feições para sua rede de colaboradores e

¹⁹ Alphonse Bertillon foi o chefe do Serviço de Identificação Judiciária da Polícia de Paris que no final do século XIX construiu um sistema de identificação antropométrica. Nele complementavam-se: a fotografia de *identidade* individual que rigorosamente registrava a face frontal e de perfil; a *mesuração antropométrica* de partes fixas do corpo; e a *sinálética do retrato* falado. O objetivo de tal sistema era o de cruzar as informações das marcas particulares a fim de obter uma identificação irrefutável. DUBOIS, P. Op. cit., pp. 241.

²⁰ *Idem.*

para a sociedade a fim de tornar necessário e *agudo o aprisionamento tanto do retratado quanto de seus observadores*. No primeiro caso a eficácia do regime residia na prova de eliminação do inimigo, preferencialmente preso, capturado, retirado da sociedade. No segundo caso a prevenção, o medo e a vigilância fariam dos sujeitos testemunhas de um caminho que não era recomendado trilhar. Mesmo que a divulgação repetida das ações policiais utilizando-se da fotografia dos criminosos se revestisse da aparência de que todos pareciam ter “direito a notícia” (SONTAG, Op. cit., pp. 32), inclusive de contestadores do regime, configurava-se uma clara intenção de aprisionar o comportamento das pessoas diante dos efeitos disciplinares do exemplo do criminoso que sempre corria o risco de ser descoberto e prontamente aprisionado.

Desta maneira, como se ilustra abaixo, além da exemplar foto oficial do Presidente Vargas que deveria ser divulgada, observa-se que o mesmo recurso fotográfico foi utilizado como incremento material para implicar coercitivamente os diferentes inimigos do regime.

De uma forma geral as variações discursivas político-administrativas do regime do Estado Novo, que se fizeram bastantes presentes na imprensa, a exemplo da Folha da Manhã e recortes feitos pela DOPS-PE analisados nesse trabalho, juntamente com o aparato policial, contribuíram de forma marcante na construção na repressão cotidiana a comunidade alemã, que foi o grupo por nós observado. Noticiando entre as ações governamentais, de Vargas e da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco, os grupos classificados como inimigos, promovia-se a mobilização da população e o reforço dos ideais da ditadura em prol da ordem e da segurança públicas, do nacionalismo e da soberania nacional.

A troca de informações entre polícia e imprensa era uma constante. A polícia possuía inclusive uma seção de recortes de material jornalístico que enriquecia de “provas” seus relatórios e dossiês. A imprensa, por sua vez, encarregada de divulgar a eficácia do regime, dava generosa cobertura às reformas da Secretaria de Segurança Pública e de como seu aparato policial promovia heróicas diligências na campanha de nacionalização de estrangeiros e, principalmente, no combate a propaganda, partidarismo e espionagem nazista. Nesse sentido, a crença no perigo nazista associada a comunidade alemã de forma indiscriminada foi a mais difundida, tendo em vista que

nela se tornou possível aglutinar características consideradas indesejáveis, esvaziando as nuances de simpatias de outrora. O modelo político ímpar do nacional socialismo alemão deu lugar a tirania e opressão. A força e a pureza da raça passaram a ser associadas à não capacidade de assimilação da cultura brasileira. A disciplina e organização político e social, tanto do povo alemão quanto do governo conduzido pelo partido nazista, passava a representar uma ameaça real de disseminação de uma cultura exógena e lugar privilegiado para ações de espionagem e de sabotagem contra a pátria.

A situação do enquadramento dos alemães encontrou, nesse contexto, um grande reforço e continuidade na medida em que as pressões dos Estados Unidos conseguiram uma definição prol Aliados do governo brasileiro, a partir de 1942. Isto é, a gama de discursos desfavoráveis à comunidade alemã foi assim sacramentada com o arranjo político internacional da guerra que eliminaram às margens de interpretações que injustificassem a necessidade de repressão aos alemães. As várias ações dos Aliados, no campo diplomático e no terreno da guerra, geraram então não só discursos e imagens de suas vitórias, mas, sobretudo da derrota de seus opositores. O perigo representado pelos povos provenientes dos países em guerra contra o Brasil era ostentado na imprensa fazendo parte da propaganda e dos esforços das ações policiais.

E foi assim, entre fragmentos do passado, que este trabalho observou cenas de uma guerra não só bélica, mas de palavras e imagens que levaram a repressão à comunidade alemã em Pernambuco, durante todo o Estado Novo.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. **A Câmera Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

CANCELLI, E. **O Mundo da Violência – A polícia da era Vargas**. 2ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena – Propaganda política no varguismo e o peronismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaio**s. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Ed. Papirus/UNICAMP, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

_____. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª edição, 3ª tiragem, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

HILTON, Stanley. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil: a Espionagem Alemã e a Contra-espionagem Aliada no Brasil (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LACERDA, Maria Lana Monteiro de. **“Súditos do mal”: o cotidiano da repressão policial sobre os alemães em Pernambuco (1937-1945)**. Recife: Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2006.

LEWIS, S. **Indesejáveis e Perigosos na Arena política: Pernambuco, o Anti-Semitismo e a Questão Alemã em Pernambuco**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2005.

SILVA, Marcília Gama da. O Acervo DOPS: Da Administração à História In: **“Revista do Arquivo Público”**. Recife, v. 42, nº 47, 1997.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 2004.

SOUZA NETO, J. M. G. De. **Engenheiros De Sons, Imagens E Palavras – Ditadura e Propaganda Na Primeira Metade Do Século XX**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000.

PERAZZO, P. F., **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias, v.01. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, pp. 148-149.

XAVIER, M. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. In: APERJ – Secretaria de Estado de Justiça. **DOPS a lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado, 1993.